CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 598/72

Aprovado em 3/5/1972

Autoriza-se o aproveitamento dos estudos realizados por, Raymundo Manoel de Jesus, Albertina Ivanov, Severino Francisco Bezerra, Roberto Alexandre da Silva, podendo os três primeiros matricular-se na 8ª série do 1º Grau, e Roberto Alexandre da Silva, na 7ª série do 1º Grau, nos termos do Parecer.

PROCESSO CEE - N°s 856/72, 857/72, 826/72 e 827/72

INTERESSADOS - RAIMUNDO MANOEL DE JESUS, ALBERTINA IVANOV, SEVERIANO FRANCISCO BEZERRA E ROBERTO ALEXANDRE DA SILVA.

ASSUNTO - Equivalência de estudos feitos no Instituto Bíblico da Associação das Igrejas Batistas da Capital.

CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU

RELATOR - CONSELHEIRO PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA

HISTÓRICO

RAYMUNDO MANOEL DE JESUS, ALBERTINA IVANOV, SEVERIANO FRANCISCO BEZERRA E ROBERTO ALEXANDRE DA SILVA, alunos egressos dos Institutos Bíblicos da associação de. Igrejas Batistas da Capital recorrem a este Conselho a fim de obter o reconhecimento dos estudos feitos naquela instituição que ora encerra as suas atividades, e a consequente autorização para se matricularem, respectivamente, na 8ª série do 1º grau os três primeiros e na 7ª série do 1º grau, o ultimo. Juntem cópias de histórico escolar, no modelo 18 da antiga Diretoria do ensino Secundário, do MEC.

FUNDAMENTAÇÃO

Este Conselho ao aprovar o Parecer n° 377/72 de nossa autoria, abriu a possibilidade de reconhecimento, para todos os efeitos legais dos estudos feitos por alunos do Instituto Bíblico, que manteve, enquanto funcionou, um currículo equivalente ao 1º grau, no que diz respeito às disciplinas obrigatórias da antiga LDB, acrescido de matérias de natureza religiosa (Profecias, Evangelhos, etc.).

Todos os peticionários mostram aproveitamento em todas as disciplinas, havendo apenas que proves: o aspecto de Educação Moral e Cívica, que não foi devidamente satisfeito por nenhum deles.

CONCLUSÃO

A vista do exposto e tendo em conta o que disse o Parecer. N° __, somos favorável ao provimento da pretensão dos interessados, reconhecendo os estudos feitos no Instituto Bíblico, com a adaptação em Educação Moral e Cívica, e a consequente autorização para que Raymundo Manoel de Jesus, Albertina Ivanov, e Severiano Francisco Bezerra, se matricule na 8ª série do 1º grau, e Roberto Alexandre da Silva se matricule na 7ª série do 1º Grau.

São Paulo, 3 de Abril de 1972

Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Sousa - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza.

Presentes os nobres Conselheiros: Jair de Moraes Neves, José Borges dos Santos Júnior, José Conceição Paixão, Olavo Baptista Filho, Paulo Nathanael Pereira de Souza e Antônio D'Ávila.

São Paulo, 3. de abril de 1972

Conselheiro Jair de Moraes Neves - Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO
Do Conselheiro Alpínolo Lopes Casali

- 1- E corto que o Conselho Federal de Educação, por mais de uma vez, reconheceu, como equivalentes aos estudos realizados em escolas com funcionamento legalmente autorizado (Lei n° 4,024, arts. 5° e 16), estudos de alunos de escolas desvinculadas do Ministério da Educação e Cultura, antes ou após a Lei n° 4.024. Ousamos afirmar que se tratam de Deliberações tomadas, a título de exceção.
- 2- Para se compreender a orientação do egrégio colegiado é forçoso que se leve em conta que a escola de nível médio, em 1962, com o advento da Lei n° 4.024, se libertara de um rígido dirigismo administrativo-pedagógico-didático, instituído por Lei e exercido pelo Ministério da Educação e Cultura. E, precisamente, no ensino secundário e que ela se manifestou mais intensamente. O sobre Conselheiro Padre Lionel Corbeil poderá dizer o quanto foi difícil às escolas, apesar da compreensão do Diretor do Ensino Secundário, conseguir a abertura, configurada nas denomina das Classes Experimentais.
- 3- Entre as escolas, situadas à margem da Lei n. 4,024, deveriam existir algumas ou muitas que, por seu currículo, carga horária, direção, orientação pedagógico-didática, professores, instalações materiais e didáticas, realizavam, pelo menos, satisfatoriamente os objetivos do que se convencionou denominar-se boa escola.
Nessa fase de transição de um regime de centralização para outro, caracterizado, entre vários, pelos, princípios da flexibilidade curricular e do incentivo à experiência pedagógica, nada mais natural do que se distinguirem essas boas escolas com a declaração de validade dos estudos neles realizados.

Nem se negue, a priori, tivesse o Conselho Federal de Educação, preliminarmente, procurado se inteirar da real situação dessas escolas.

A menos que se tratassem de estabelecimentos de ensino de notória idoneidade pedagógica, sob reiterada aprovação social.

Se grande era o numero das "escolas livres", poucos, porem, são os pareceres concessivos de equivalência de estudos, publicados em "Documenta".

- 4- Entretanto, em 1972, nove anos após a implantação da Lei n. 4.024, de 1961, em São Paulo, não se justifica, data vênua que se dispense o igual tratamento às "escolas livres".

Tão livres eram e são que, presumivelmente, jamais se interessaram pelo Conselho Estadual de Educação. Nem mesmo para lhe submeter à aprovação suas tabelas de anuidades.

- 5- Entendemos, data vênua que as referidas escolas não se incluíam no artigo 34 da Lei n. 4.024, de 1961, ora revogado. O seu texto preconizava: "O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário".

As escolas livres não encontram lugar na expressão "entre outros" cursos. Vejamos qual a razão.

A Constituição Federal, artigo 176, § 2º, prescreve: "Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecera o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos mediante bolsas de estudos".

A anterior já consagrara igual mandamento.

A Lei n. 4.024, de 1961, artigo 16, ainda em vigor, declara: "É da competência dos Estados e do Distrito Federal autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à União, bem como reconhece-los e inspeciona-los".

Conforme dispõe o parágrafo 3º cabe ao Conselho Estadual de Educação fixar as normas para a observância do artigo e parágrafos.

Ainda a Lei n. 4.024, de 1961, no artigo 5º, reza que os estudos realizados nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares, legalmente autorizados, são reconhecidos para todos os fins.

E porque o ensino não era livre - como ainda ocorre - a Lei n. 4.024, de 1961, artigo 17 ainda vigente, preceitua:- "A instituição e o reconhecimento de escolas de grau médio pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Territórios, serão comunicados ao Ministério da Educação e Cultura para fins de registro e validade dos certificados ou diplomas que expedirem".

A Lei n. 5.692, de 1971, não inovou o ordenamento legal a que se sujeitavam as escolas de grau médio no regime da Lei 4.024, de 1961. Ao contrário, confirmou-o. Vários artigos o comprovam. A título de exemplo, citam-se dois. Através do artigo 87, manteve vigentes os artigos 5º, 16 e 17 da Lei n. 4.024.

No parágrafo único do artigo 2º fixou norma imperativa, mediante a qual a "organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação".

6- Entre aqueles "outros" cursos, menciona-se o de Enfermagem no Estado da Guanabara, ou, no sistema estadual de ensino, o de formação religiosa com funcionamento regular até a Lei 4.024 entrar em vigor.

E, a propósito do curso de formação do artista teatral e do instrumentalista, discutiu-se, neste Conselho, se seria modalidades do curso técnico ou novas categorias de curso de grau médio.

7- Entre uma lei, que e revogada, e outra que lhe toma o lugar ha uma zona cinzenta.

As disposições destinadas a disciplinar a passagem do regime de uma para outra lei constituem a denominado direito intertemporal. Na Lei n. 4.024, de 1961, encontra-se, no artigo 101, norma que se inscreve no referido direito: "O Ministério da Educação e Cultura, ouvido o Conselho Federal de Educação: decidira das questões suscitadas pela transição entre o regime escolar ate agora vigente e o instituído por esta lei, baixando para isto as instruções necessárias". Na Lei n. 5.692, de 1971, lê-se, no artigo 73, norma equivalente.

Sabe-se que as deliberações do Conselho Federal de Educação estão sujeitas à homologação ministerial.

8- O que e transitório, por essência, não deve ser tornar permanente.

9- Já nos manifestamos, noutros casos, a respeito da matéria a que se referem os Processos CEE - n°s. 826/72, 827/72, 856/72 e 857/72. Acrescentou-se agora, porem, à discussão um novo aspecto, ou seja, aquele configurado no "entre outros" cursos de que trata o artigo 34 da Lei n° 4.024, de 1961.

Membro que somos desta Casa, temos como um dever-direito dizer o que pensamos a seu respeito.

E, conseqüentemente, submetê-lo à avaliação crítica de todos quantos se interessarem pela matéria.

São Paulo, 5 de junho de 1972 Conselheiro
ALPÍNOLO LOPES CASALI - AUTOR